



Projeto Básico Nº 02 /2014- SR/DPF/MS	OBRA: <i>Serviços de Readaptação do Depósito de Entorpecente em Ponta Porã - MS</i>
---	--

JUSTIFICATIVAS À COMPOSIÇÃO DO BDI

I. CONCEITO

Nos orçamentos de obras e serviços, após a determinação das especificações dos materiais e dos critérios de medição da execução dos serviços constantes nos projetos, nos memoriais descritivos e no caderno de encargos, obtêm-se um valor dos custos diretos.

Aplica-se então um componente sobre estes custos diretos com vistas a contemplar as despesas indiretas e o lucro da contratada.

Conceitualmente, denomina-se **Benefícios ou Bonificações e Despesas Indiretas (BDI)** a taxa correspondente às despesas indiretas e ao lucro que, aplicada ao custo direto de um empreendimento (materiais, mão-de-obra, equipamentos), atinge-se o valor global da obra. Dessa forma, o preço de execução de um serviço de construção civil (preço de venda ou valor final) é igual ao custo da obra mais a taxa de BDI.

O próprio Tribunal de Contas da União, ao apreciar a matéria no TC 006793/1999-1, considerou que “conceitualmente, o **BDI** é definido como um percentual aplicado sobre o custo direto para chegar ao preço de venda a ser apresentado ao cliente”.

Todavia, grande é a dificuldade em se estabelecer os critérios e parâmetros das despesas que podem ser definidas como indiretas e quais valores de cada componente do BDI são considerados aceitáveis.

Diversas são as variáveis que alteram a incidência de cada parâmetro da composição do BDI, como por exemplo: **Tipo de obra** (os custos indiretos podem variar muito de obra para obra), **valor do contrato** (o valor da obra pode definir o porte e a complexidade da mesma, exigindo maior ou menor aporte de infra-estrutura para executá-la), **prazo de execução** (os custos indiretos, na sua maioria, são proporcionais ao prazo da obra, principalmente em relação aos custos com o pessoal), **volume de faturamento da empresa** (o rateio da administração central no BDI é função do montante das despesas da sede em relação ao volume de faturamento global), **local de execução da obra** (a distância entre a sede da empresa e o local de execução da obra, tem um grande peso no custo indireto, principalmente em relação ao transporte e despesas com o pessoal do quadro permanente da empresa).

A rigor, para cada obra deveria haver um BDI diferente, porém, para o órgão que licita muitas obras de todos os tipos e tamanhos, torna-se quase impossível calculá-lo de forma individualizada, pois depende também das variáveis próprias de cada uma das empresas.

Por causa dessas dificuldades em geral os órgãos licitantes estabelecem um BDI único para todos os contratos, fato esse que pode causar algumas distorções no cálculo do valor real de venda do produto.



<p>Projeto Básico Nº 02 /2014- SR/DPF/MS</p>	<p>OBRA: <i>Serviços de Readaptação do Depósito de Entorpecente em Ponta Porã - MS</i></p>
--	---

II. DESPESAS DIRETAS

No conceito tradicional, **Custo Direto** é a soma de todos os custos parciais obtidos através da composição de custos unitários pela aplicação dos consumos dos insumos representados por materiais, mão de obra e equipamentos, multiplicados pelas respectivas quantidades, formatados numa Planilha de Custo Direto ou Planilha Orçamentária.

Há que se considerar também que, para a análise de orçamentos da construção civil, é melhor que a maior parte possível dos itens de despesas esteja relacionada na planilha orçamentária, e não incluída no BDI.

Em resumo, custos diretos são aqueles que ocorrem especificamente por causa da execução do serviço objeto do orçamento em análise, e despesas indiretas são os gastos que não estão relacionados exclusivamente com a realização da obra em questão.

Tem-se observado que, na prática dos orçamentos, não há consenso quanto à classificação dos diversos dispêndios como custo direto ou despesa indireta. O que se encontra são inúmeras proposições diferentes sobre o que poderia ser considerado como despesa indireta.

III. DESPESAS INDIRETAS

O Art.40 da Lei nº 8.666/93 estabelece a obrigatoriedade de conter no Edital de Licitação um orçamento estimado de referência... "*planilhas de quantitativos e preços unitários*"... para servir como parâmetro de julgamento das propostas apresentadas. Isto obriga aos órgãos licitantes apresentarem uma planilha de orçamento com a definição das Leis Sociais e o BDI correspondente.

Poucos são os órgãos que exigem nos editais de licitação, que os proponentes apresentem a composição analítica do BDI, o que dificulta sua análise; segundo, porque a inserção de determinada despesa no BDI pode gerar distorções de preços de eventuais aditivos contratuais.

O ideal, portanto, é que só sejam incluídos no BDI aqueles itens que não possam, de forma alguma, ser incluídos na planilha de custos, por não estarem relacionados diretamente ao serviço que está sendo prestado.

O que acontece frequentemente, contudo, é que devido à falta de um critério técnico adequado na definição dos gastos que devem compor o BDI, os mais diversos itens do orçamento são computados, indevidamente, como despesas indiretas.

A Análise feita a seguir de cada um desses gastos propõe-se a permitir a classificação adequada do que seja realmente despesa indireta, bem como quais os percentuais aceitáveis para cada item.



Projeto Básico Nº 02 /2014- SR/DPF/MS	OBRA: <i>Serviços de Readaptação do Depósito de Entorpecente em Ponta Porã - MS</i>
---	--

IV. CRITÉRIOS

1 – ADMINISTRAÇÃO LOCAL:

Todas as despesas havidas ou incorridas direta ou indiretamente em torno do ambiente da obra para a consecução do produto final serão consideradas CUSTOS DIRETOS.

A administração Local compreende as seguintes atividades básicas:

- Chefia da obra – engenheiro responsável;
- Administração do Contrato;
- Engenharia e Planejamento;
- Segurança do Trabalho;
- Produção – mestre de obra e encarregados;
- Manutenção dos equipamentos;
- Gestão de Materiais;
- Gestão de Recursos Humanos;
- Administração da obra.

Assim, as despesas da Administração Local e a sua manutenção, alimentação e transporte do pessoal administrativo e de produção da obra, EPI e uniformes, controle tecnológico e ensaios, ferramentas e equipamentos não contemplados na composição de custos unitários, deverão fazer parte da Planilha de Orçamento e não na composição do BDI.

Essas despesas farão parte da Planilha de Orçamento em itens independentes da composição de custos unitários, especificados como Administração Local, podendo-se adotar as seguintes alternativas:

- Preços compostos analiticamente;
- Custo mensal ou horário de mão de obra administrativa ou técnica;
- Custo mensal ou total de manutenção do canteiro de obras.

2 – DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas financeiras (ou custos financeiros) são gastos relacionados à perda monetária decorrente da defasagem entre a data do efetivo desembolso e a data da receita correspondente.

Portanto, seguindo critérios estritamente contábeis para classificar as despesas indiretas, devem-se considerar as despesas financeiras no cômputo da taxa de BDI.

Para estipulação do valor a ser cobrado como despesa financeira, deve-se analisar qual o custo de oportunidade do capital, ou seja, deve-se apurar qual seria o seu rendimento se o capital de giro tivesse sido aplicado no mercado financeiro naquele período.



<p>Projeto Básico Nº 02 /2014- SR/DPF/MS</p>	<p>OBRA: <i>Serviços de Readaptação do Depósito de Entorpecente em Ponta Porã - MS</i></p>
--	---

Um critério para estipular valores de despesas financeiras é adotar os rendimentos da taxa SELIC (**Sistema Especial de Liquidação e de Custódia**), no período em análise, obtido diretamente do site www.receita.fazenda.gov.br.

Sabe-se que algumas empresas defendem que se considerem como despesas financeiras os valores dos juros cobrados nos empréstimos bancários. Se há necessidade de a contratada recorrer a empréstimos é porque a construtora tem uma deficiência de capital de giro, e não cabe à contratante, ainda mais quando esta é a administração pública, pagar por tal deficiência.

Tendo em vista a consulta aos índices de SELIC praticados no mês de agosto de 2013, adota-se com alíquota para Despesas Financeiras uma taxa de 0,71%, conforme consulta ao site www.receita.fazenda.gov.br.

3 – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Denomina-se como sendo a Administração Central de uma empresa de construção civil, toda a estrutura necessária para execução de atividades específicas de direção geral da empresa como um todo, de forma que sejam alcançados os objetivos empresariais da construtora.

Dessa forma, estariam incluídos dentro do conceito de administração central os custos relacionados com a manutenção da sede da empresa para dar suporte técnico, administrativo e financeiro a todas as obras que estejam sendo executadas pela construtora.

Incluem-se entre os gastos com administração central: aluguel do escritório central, manutenção da edificação da sede da empresa, compra de material de expediente para o escritório central, despesas com aquisição de editais e elaboração de propostas comerciais, prolabore e representação da diretoria, despesas com atividades administrativo-financeiras (manutenção da secretaria da sede da empresa e de setores de contabilidade, de recursos humanos, de compras, de finanças e de cobranças), dentre outros.

Portanto, os gastos com administração central correspondem à manutenção e operação do escritório central.

O valor da taxa de administração central decorre do rateio das despesas administrativas do escritório central por todas as obras que a empresa esteja executando no período, e varia de acordo com a complexidade e o prazo de cada obra e com a estrutura da empresa.

Sugere-se, para a composição do BDI dos orçamentos de obras públicas, a adoção de uma taxa de administração central de 5,00 a 7,5%.

Por se tratar de um serviço de complexidade médio, vulto pequeno e prazo de execução de 30 dias, adota-se como taxa de administração central uma alíquota de 7,50 %.

4 – CANTEIRO DE OBRA, MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

Por terem estruturas de custos que se formam de maneira peculiar em cada obra é mais coerente que esses itens sejam orçados analiticamente como custo direto da obra.



<p>Projeto Básico Nº 02 /2014- SR/DPF/MS</p>	<p>OBRA: <i>Serviços de Readaptação do Depósito de Entorpecente em Ponta Porã - MS</i></p>
--	---

Essa posição é reforçada pela orientação do Tribunal de Contas da União através da Decisão nº 1332/2002 de passar como item de custo direto as despesas com Instalação de Canteiro e Acampamento e Mobilização e Desmobilização

5 – COFINS e PIS

Conforme prevê a Lei nº 9.718, de 27/11/1998, as contribuições para os Programas de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, são calculadas com base no total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

Deduz-se, portanto, que o COFINS e o PIS são gastos que incidem sobre o faturamento da empresa.

A alíquota do COFINS era de 2,00% segundo o Decreto-Lei nº 8.447 de 28/12/89 e o art. 1º da Lei Complementar nº 70 de 30/12/91. **Posteriormente, com a entrada em vigor da Lei 9.718/98, aos 27/11/1998, a alíquota foi majorada para 3,00%, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999.**

Já a taxa de contribuição para o **PIS é de 0,65% sobre a receita operacional bruta, segundo os Decretos-Lei nº 2.445 de 29/06/1988 e nº 2.449 de 21/07/1988.**

Contabilmente, como não há como enquadrar o PIS e o COFINS como custos de produção, já que não são gastos incorridos no processo de obtenção dos serviços/bens que estão sendo executados, considera-se que se trata de despesas indiretas.

6 - ISS

Segundo a definição legal contida no art. 8º do Decreto-Lei nº 406 de 31 de dezembro de 1968, “o imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos municípios, tem como fato gerador a prestação de serviços, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo”.

Se não houver isenção de ISS concedida por lei municipal, na execução de serviços de construção civil deve ser incluído o valor do referido imposto.

Com relação ao cálculo do ISS, conforme previsto no §2º do art. 9º do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, “na execução de obras hidráulicas ou de construção civil, o imposto será calculado sobre o preço deduzido das parcelas correspondentes: a) ao valor dos materiais adquiridos de terceiros, quando fornecidos pelo prestador de serviços; b) ao valor das subempreitadas já tributadas pelo imposto.”

Em resumo, o cálculo do ISS é feito apenas sobre serviços prestados, considerando-se a mão-de-obra.

Como o ISS é um imposto que incide sobre o preço do serviço (deduzindo-se as parcelas anteriormente mencionadas), está relacionado com o faturamento da empresa, e sua alíquota varia



<p>Projeto Básico Nº 02 /2014- SR/DPF/MS</p>	<p>OBRA: <i>Serviços de Readaptação do Depósito de Entorpecente em Ponta Porã - MS</i></p>
--	---

conforme o município onde se localiza a obra, sendo necessário recorrer à lei municipal para estipular o valor correto a ser pago.

Em Ponta Porã/MS, o ISS tem alíquota de 5% sobre o serviço, portanto adotamos uma taxa de 0,07% para descontar os valores de materiais aplicados que representam 60,96% do custo total da obra. Sendo assim, acrescenta-se aos valores anteriores o imposto do ISS, por ora comentado acima, com valor de 0,07%.

Como o ISS não pode ser classificado como gasto incorrido no processo de obtenção dos serviços/bens que estão sendo executados é uma despesa indireta, devendo ser computado na taxa de BDI.

7 – SEGUROS E RISCOS E IMPREVISTOS

Sabe-se que nas atividades relacionadas com a construção civil há os mais variados riscos, sejam para vida humana, equipamentos ou outros bens, relacionados com a própria execução do serviço. Há ainda a possibilidade de se causar, involuntariamente, danos corporais e materiais a terceiros.

Contudo, existem seguros que cobrem esses riscos. Vale ressaltar que a cobertura restringe-se a danos que sejam classificados como acidentais, por serem súbitos e/ou imprevisíveis.

Essa cobertura abrange todas as modalidades de construção civil e se caracteriza pela multiplicidade de riscos técnicos que podem se apresentar durante a execução da obra. Obtêm-se, em uma só apólice, extensa gama de coberturas (incêndio, alagamento, desmoronamento, responsabilidade civil, roubo, etc).

Cabe salientar, quanto aos custos que representam tais seguros, que suas taxas (percentuais a serem aplicados sobre a importância segurada da obra) variam de acordo com as características de cada obra.

Propõe-se a adoção de uma taxa de seguros/imprevistos no BDI de 1%, por considerar que esta cobriria, além do custo do seguro, os possíveis imprevistos que pudessem acontecer no decorrer da obra.

8 – IRPJ e CSSL

Para o cálculo do orçamento para fins licitatórios, as taxas dos tributos a serem considerados será sempre a do Lucro Presumido, independentemente de serem regidos pelo Lucro Presumido ou Lucro Real.

Dessa forma, assim como o IRPJ, não é adequado incluir o CSSL no BDI dos orçamento da construção civil, já que ele não está atrelado ao faturamento decorrente da execução de determinado serviço, mas ao desempenho financeiro da empresa como um todo.



Projeto Básico Nº 02 /2014- SR/DPF/MS	OBRA: <i>Serviços de Readaptação do Depósito de Entorpecente em Ponta Porã - MS</i>
---	--

9 – TAXAS E EMOLUMENTOS E FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS

Tendo em vista que são custos diretos os itens que possam ser relacionados especificamente ao serviço que está sendo executado, as taxas e emolumentos e as ferramentas e equipamentos, por estarem diretamente vinculadas à obra, encaixam-se no conceito de custo direto e devem constar de forma detalhada na planilha orçamentária.

10 – BONIFICAÇÃO (LUCROS)

No BDI, representa-se o lucro como sendo uma taxa incidente sobre o total geral dos custos e despesas, excluídas as despesas fiscais.

Com base nos estudos anteriores, pode-se considerar que uma margem de lucro entre 7,0% e 8,5% estaria perfeitamente adequada aos valores atualmente praticados no mercado da construção civil.

Segundo critérios e parâmetros de aceitabilidade para o LDI – Lucro e Despesas Indiretas em Obras Públicas, de Daniel Fernandes da Cunha G. Basto – Analista de Controle Externo – Tribunal de Contas da União, adotam-se as seguintes alíquotas relacionadas abaixo.

Fonte: Estudos realizados no âmbito do Tribunal de Contas da União - TCU.

Descrição	Mínimo	Máximo	Média
Garantia	0,00	0,42	0,21
Risco	0,00	2,05	0,97
Despesas Financeiras	0,00	1,20	0,59
Administração Central	0,11	8,03	4,07
Lucro	3,83	9,96	7,65
Tributos	5,65	8,65	7,27
COFINS	3,00	3,00	3,00
PIS	0,65	0,65	0,65
ISS	2,00	5,00	3,62
CPMF	0,38	0,38	0,38
Total	16,36	28,87	22,61

Tabela I - Faixa de variação de referência

* já adotamos a exclusão do CPMF

Conforme pesquisa de mercado, adota-se como alíquota para Bonificação ou Honorários de 9,96%, por ser tratar de obra em Ponta Porã/MS, local de difícil execução, devido as características e dificuldades locais de conseguir de mão-de-obra, instalação de canteiro de obras e alojamentos de funcionários e também na aquisição de materiais.



<p>Projeto Básico Nº 02 /2014- SR/DPF/MS</p>	<p>OBRA: <i>Serviços de Readaptação do Depósito de Entorpecente em Ponta Porã - MS</i></p>
--	---

V – FÓRMULA DO BDI

A fórmula para cálculo da taxa a ser acrescida aos custos diretos de um empreendimento a título de Benefícios e Despesas Indiretas é:

$$BDI = \frac{(1 + X)(1 + Y)(1 + Z)}{(1 - I)} - 1, \text{ onde:}$$

X = Taxa da somatória das despesas indiretas, exceto tributos e despesas financeiras;

Y = Taxa representativa das despesas financeiras;

Z = Taxa representativa do lucro;

I = Taxa representativa da incidência de impostos.

Ressalte-se que, conforme anteriormente exposto, a taxa de BDI deve incidir sobre o custo direto da obra para que se obtenha o preço de venda. Por outro lado, os componentes relativos à tributação encontram-se no denominador justamente porque suas taxas incidem sobre o valor final (ou de venda).

VIII. CONCLUSÃO

Como não há nenhuma norma que determine o que deve ou não ser incluído como Bonificação e Despesa Indireta (BDI), a utilização de um critério contábil para classificar os gastos que podem ser considerados como despesas indiretas é uma forma de se delimitar tecnicamente quais os itens que compõem o BDI.

Em consonância com essa necessidade de que as despesas indiretas dos orçamentos sejam tratadas de forma mais analítica, o Tribunal de Contas da União, em duas recentes deliberações (AC-0172-29/97-P e DC-0189-12/97-P), determinou que fossem discriminados os itens que compunham o BDI, de forma a permitir, quando da análise do orçamento, uma aferição a contento dos percentuais utilizados como base da estipulação da taxa total.

Quando da análise dos orçamentos de obras públicas, a utilização de um critério técnico para delimitação do que deve estar contido na planilha orçamentária e do que compõe o BDI é um facilitador, especialmente quando se sabe que os mais diversos gastos têm sido incluídos como Benefícios e Despesas Indiretas, dando margem, muitas vezes, a questionamentos quanto a sua justa remuneração.



Projeto Básico Nº 02 /2014- SR/DPF/MS	OBRA: <i>Serviços de Readaptação do Depósito de Entorpecente em Ponta Porã - MS</i>
---	--

RESUMO DOS ITENS INCLUÍDOS NO BDI:

- Administração Central: 7,5%;
- Seguros, Riscos e Imprevistos: 1%;
- Despesas Financeiras: 0,71% (rendimento da taxa SELIC agosto/2013);
- Impostos: COFINS (3%) + PIS (0,65%) + ISS (0,07%) = 3,72%
- Bonificação (lucros): 9,96%

Equipe Técnica

ISIDRO THEODORO DE FARIA
Papiloscopista de Polícia Federal – matr. 13.166
Engenheiro Civil – CREA 2956/D – MS

José Humberto Sant' Anna da Silva
Escrivão de Polícia Federal – matr. 10.048
Engenheiro Eletricista – CREA 5.425/D – MS

Campo Grande/MS – novembro de 2014.